



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: SABERES PROFISSIONAIS DE PROFESSORES E GESTORES

Andressa Carolina Scandelai Parra - São José do Rio Preto, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Licenciatura em Pedagogia, andressa_parra3@hotmail.com,
Camila Fernanda Dias Pavaneli – São José do Rio Preto, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Licenciatura em Pedagogia, camilapavaneli@yahoo.com.br,
Maévi Anabel Nono - São José do Rio Preto, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Doutora em Educação, maevi@ibilce.unesp.br.

Eixo: Novas tecnologias: Perspectivas e Desafios

Resumo

Por meio desta pesquisa objetivou-se investigar saberes que profissionais de Educação Infantil possuem a respeito das leis e documentos publicados no Brasil, desde a década de 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica. Entende-se por profissionais tanto professores(as) quanto gestores(as) que trabalham em creches e pré-escolas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que foi desenvolvido no período 2013-2014. Os sujeitos da pesquisa foram 6 professores(as) e 3 gestoras que atuavam em creches e pré-escolas de 7 municípios brasileiros e que frequentaram curso de "Difusão de Conhecimento", via Plataforma TelEduc, no qual os dados foram coletados. Os dados foram analisados a partir de focos de análise estabelecidos com base nos objetivos da pesquisa. Assim, os focos foram: 1) saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre legislação, 2) saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre documentos, 3) fontes de aquisição dos saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre leis e documentos e 4) interferência de tais saberes na constituição das identidades dos profissionais de Educação Infantil e em suas práticas. Os principais resultados obtidos sugerem que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas três décadas no Brasil, mas com algumas lacunas importantes em tais saberes, as quais podem interferir nas práticas que desenvolvem com as crianças pequenas e na construção de sua identidade

como profissional desta etapa da Educação Básica. Espera-se, por meio desta pesquisa, oferecer subsídios para a formulação de políticas de formação de profissionais de Educação Infantil.

Palavras Chave: Educação Infantil, Saberes profissionais, Legislação.

Abstract:

The present study aimed to investigate Childhood Education Professionals of knowledge have to respect the laws and documents published in Brazil from a 1980 aimed at this stage of basic education. It's understood by both Professional Teachers the directors who work in day care centers and preschools. It's a qualitative nature study was developed in period 2013-2014. Subjects of the research are 6 teachers and 3 directors who worked in nurseries and preschools seven municipalities and attended course "Knowledge Dissemination", via platform TelEduc. This analyzed were from the analysis focuses established with base Research Objectives. So, the objective: 1) knowledge of Early Childhood Professionals About Legislation, 2) knowledge of Early Childhood Professionals About Documents, 3) acquisition of sources of knowledge of Early Childhood Professionals About laws and documents and 4) such interference knowledge in Constitution of the identities of Early Childhood Professionals and ITS practices. The main results obtained suggest that the subjects have knowledge About laws

and documents relating to Early Childhood Education published the last three decades in Brazil, BUT WITH some Important gaps in knowledge Taís as What can interfere with practices que develop with the Young Child and YOUR professional identity construction

Like this stage of basic education. It is hoped through this research, provide subsidies for a Early Childhood Professional Training Policy Making.

Keywords: Early Childhood Education, Knowledge Professionals, Law.

Introdução

Por meio desta pesquisa foi realizada a investigação de saberes de profissionais de Educação Infantil a respeito de leis e documentos publicados no Brasil, desde a década de 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica. Entende-se por profissionais tanto professores(as) quanto gestores(as) que trabalham em creches e pré-escolas.

Lutas travadas por movimentos sociais resultaram na conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como dever do Estado e direito das crianças de 0 a 6 anos de idade. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. São instituídas, no Brasil, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1/1999), de caráter mandatório, a serem observadas na elaboração das propostas pedagógicas de cada escola. Tais Diretrizes foram revogadas pela Resolução CNE/CBE nº 5/2009 que fixou novas diretrizes para essa etapa da Educação Básica.

Por meio de tal Resolução, define-se a função sociopolítica e pedagógica das escolas de Educação Infantil, trata-se da concepção de currículo da Educação Infantil, indica-se a concepção de criança que deve fundamentar o trabalho realizado nas creches e pré-escolas, estabelecem-se os princípios que devem ser respeitados na elaboração das propostas pedagógicas e os objetivos que devem nortear esse documento, apontam-se o sentido e as possíveis formas do acompanhamento do trabalho pedagógico e da avaliação do desenvolvimento infantil de crianças de 0 a 6 anos.

Diversos documentos são publicados pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de subsidiar as práticas presentes nas escolas de Educação Infantil. Entre tais documentos estão o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL,

1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006), Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação (BRASIL, 2009).

Acompanhando as alterações legais relativas a Educação Infantil, fundamentando-as e sendo impulsionadas por elas, diversas pesquisas são realizadas nas últimas décadas. Parte destas pesquisas busca investigar e subsidiar políticas de formação dos profissionais de Educação Infantil diante das novas exigências para essa etapa da Educação Básica (AZEVEDO; SCHNETZLER, 2001, 2005; KRAMER, 2005; MICARELLO, 2006; CÔCO, 2009, 2010). Algumas delas sinalizam a importância das relações que se estabelecem nas escolas entre professores(as) e diretores(as) ou coordenadores(as). Aparentemente, os saberes destes últimos interferem no processo de construção de saberes profissionais dos primeiros (AMBROSETTI; ALMEIDA, 2008; SILVA, 2008; PEREIRA, 2009).

Neste contexto de novas exigências legais para a Educação Infantil e de publicação de orientações por meio de documentos oficiais advindos especialmente do MEC, e diante de um período de (re)construção das profissões ligadas às creches e pré-escolas, foi realizado este estudo dos saberes dos profissionais da Educação Infantil a respeito das leis e documentos para esta etapa da Educação Básica publicados no Brasil nas últimas três décadas. Dada a importância, evidenciada por alguns estudos, das relações estabelecidas entre professores(as) e gestores(as) na construção dos saberes de ambos os grupos de profissionais, focalizam-se, neste estudo, saberes dos dois grupos.

A investigação é pautada na noção de *saberes* sistematizada por Tardif (2002) que, num sentido amplo, “[...] engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de

saber, saber-fazer e saber-ser” (p. 255). Trata-se de investigar o conjunto dos saberes relativos a leis e documentos utilizados pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas, considerando-se o que dizem os próprios profissionais a respeito de seus próprios saberes profissionais (TARDIF, 2002).

Objetivos

Objetivo geral: Investigar saberes que profissionais de Educação Infantil possuem a respeito das leis e documentos publicados no Brasil, desde a década de 1980, voltados para essa etapa da Educação Básica.

Objetivos específicos: a) Identificar saberes que professores(as) e gestores(as) de escolas de Educação Infantil possuem sobre a legislação referente a esta etapa da Educação Básica focalizando, especificamente, a Constituição Federal de 1988 e Emendas Constitucionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 1/1999 e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009. b) Identificar saberes que professores(as) e gestores(as) de escolas de Educação Infantil possuem sobre os documentos referentes a esta etapa da Educação Básica publicados pelo MEC nas últimas três décadas (contexto em que foram publicados, concepções que os sustentam, orientações que veiculam, adequação de seu conteúdo à situação dos ambientes em que trabalham). c) Apontar as fontes de aquisição dos saberes relativos a leis e documentos sobre Educação Infantil que possuem os profissionais de creches e pré-escolas. d) Analisar, do ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, de quais formas tais saberes interferem na construção de suas identidades profissionais e de suas práticas de trabalho nas creches e pré-escolas.

Material e Métodos

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido no período de agosto de 2013 a julho de 2014. Os sujeitos da pesquisa foram 6 professores(as) (P1 a P6) e 3 gestoras (G1 a G3) que estavam atuando em creches e pré-escolas de 7 diferentes municípios brasileiros (Bálsamo, José Bonifácio, Tanabi, São Paulo, Bady Bassitt, Jales e São José do Rio Preto) e que frequentaram o Curso de Difusão de Conhecimento *Formação continuada para professores e gestores da Educação Infantil – módulo 1: legislação e práticas*. O Curso foi oferecido no período de 9 de setembro a 18 de novembro de 2013 (curso aprovado pela

Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UNESP – PROEX – Processo 0836/2013-CSJRP). Trata-se de um curso oferecido na modalidade a distância, via internet, de 30 horas, organizado em dois tópicos: 1 – Legislação atual referente à Educação Infantil e 2 – Práticas de educação e cuidados na Educação Infantil. Por meio da Plataforma TelEduc, os participantes foram orientados a realizar leituras com base em roteiros prévios para análise dos textos indicados, assistir a vídeos e participar de fóruns de discussão. O curso se articula às atividades de ensino da orientadora na graduação e a este projeto de pesquisa.

Os dados foram coletados no decorrer do curso, por meio de fóruns de discussão e fichas de avaliação, sendo analisados a partir de focos de análise estabelecidos com base nos objetivos da pesquisa. Assim, os focos foram 1 – saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre legislação, 2 – saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre documentos, 3 – fontes de aquisição dos saberes dos profissionais de Educação Infantil sobre leis e documentos e 4 – interferência de tais saberes na constituição das identidades dos profissionais de Educação Infantil e em suas práticas.

Todos os dados foram armazenados e sistematizados em arquivos organizados de duas formas: por participante (cada participante teve um arquivo com todas as produções realizadas por ele durante o Curso) e por atividade (para cada atividade proposta durante o Curso foi organizado um arquivo contendo as produções de todos os participantes naquele momento). Essa forma de organização dos dados permitiu análises individuais e coletivas dos saberes dos profissionais de Educação Infantil sujeitos da pesquisa.

Os inscritos assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme determina o Comitê de Ética em Pesquisa para o qual foi submetido este projeto de pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, do Ministério da Saúde, em 06 de fevereiro de 2012, tendo recebido o número CAAE 00631312.4.0000.5466.

Resultados e Discussão

Os dados obtidos nesta investigação sugerem que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas três décadas no Brasil, mas com algumas lacunas importantes em tais saberes, as quais podem interferir nas práticas que desenvolvem com as crianças pequenas e na construção de sua identidade

como profissional desta etapa da Educação Básica.

Desta forma, no que se refere aos **saberes que os sujeitos possuem sobre a legislação referente a Educação Infantil** os sujeitos, em sua maioria, afirmam ter conhecimento da Resolução CNE/CEB nº 5/2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Além disso, todos os sujeitos demonstram saber do caráter educacional das creches e pré-escolas, definido pela LDB nº 9.394/96 e do fato de não haver mais vínculo entre as creches e a Assistência Social, embora também se fundamentem no saber de que nem toda a sociedade esteja informada sobre as mudanças na Educação Infantil que assume, atualmente, a função de cuidar e educar as crianças pequenas, com creches e pré-escolas integradas aos sistemas de ensino.

Entre os saberes que os sujeitos possuem sobre a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, vale destacar alguns: o cuidar e o educar como práticas indissociáveis (P2), a criança deve ser o centro do planejamento (G3), a importância do registro como prática de avaliação do desenvolvimento das crianças e do trabalho realizado pelos professores (P4), “A rotina é importante para o desenvolvimento da criança e de sua autonomia” (P1), “Os instrumentos avaliativos devem ser fruto de uma observação intensa, registrando sistematicamente o processo de desenvolvimento no contexto da creche ou pré-escola” (G2), “O brincar dá a oportunidade à criança de interagir com as outras crianças e o desenvolvimento dessa criança é muito produtivo” (G3).

Algumas das práticas descritas pelos sujeitos durante a coleta dos dados revelam saberes sobre as DCNEIs que parecem fundamentar sua atuação junto às crianças pequenas:

São várias situações em que vejo o cumprimento dela [da Resolução CNE/CEB nº 5/2009] nos CMEIs que coordeno, na verdade é algo bem natural em nossa realidade. Infelizmente só não é melhor por falta de funcionários, estrutura, enfim, situações que geram dificuldades no dia-a-dia das educadoras mas que tenho a certeza de que em breve será melhor! Vamos então aos pontos em que vejo a Resolução ser cumprida de fato: A criança é o centro no planejamento curricular, o mínimo da jornada é 4 hs, nossos CMEIs funcionam 12 hs/dia, temos todo planejamento voltado ao objetivo de atender ao desenvolvimento integral da criança assim como prepará-la para os anos seguintes, utilizamos o registro em forma de

fotos de todas as atividades realizadas que, frequentemente são expostas para que os pais e responsáveis fiquem a par dos trabalhos realizados nos CMEIs, as interações e brincadeiras estão sempre presentes em nossa prática educativa... (G1). Alguns sujeitos, entretanto, afirmam desconhecer a Resolução CNE/CEB nº 5/2009, como P5: “Fiquei surpresa ao ser apresentada, só agora, a Resolução nº 5/2009. Como nenhuma Coordenadoria de Educação deu importância em discutir este documento com os professores?”.

Em relação aos **saberes que os sujeitos desta pesquisa possuem sobre os documentos referentes a esta etapa da Educação Básica publicados pelo Ministério da Educação nas últimas três décadas** nota-se, por meio dos dados coletados, que por vezes já eram de conhecimento dos sujeitos (nem sempre na íntegra), outras vezes os sujeitos não possuíam conhecimento sobre a existência deles ou, ainda, sabiam que existiam, mas nunca tinham manuseado ou lido. G2 afirma: *Já conhecia [Política Nacional de Educação Infantil], realizei leitura de algumas partes no período que cursei a habilitação do Infantil na faculdade. A leitura foi realizada para aprendermos sobre as diretrizes da educação infantil. Foi um momento que muito se esclareceu sobre a educação infantil, mas hoje lendo novamente entendo com mais clareza ainda sobre os cuidados e a educação. É como se fosse uma segunda leitura realizada e entende-se mais alguns detalhes que antes talvez não tenha sido visto com tanta relevância.*

Para P5: “Eu já conhecia, superficialmente, o documento Política Nacional de Educação Infantil. Ele foi apresentado, porém não discutido”. De acordo com G1, “Para ser sincera, não conhecia o documento [Política Nacional de Educação Infantil], mas achei-o muito interessante pois nos mostra o caminho da educação infantil desde seu surgimento até o presente momento” e, ainda, “Preciso ser sincera sobre meu desconhecimento desse documento que achei interessantíssimo, tanto que já imprimir Os Parâmetros [Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil] e o Encarte, assim como todos os outros documentos analisados que já tenho em mãos!” (G1). Segundo P1: “Eu não conhecia esse documento [Política Nacional de Educação Infantil] e não me recordo de tê-lo discutido ou estudado em reuniões nas escolas em que trabalhei” e “Conhecia os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação

Infantil somente 'de ouvir falar'. P5 também afirma que "Nunca ouvi falar dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil".

Se levarmos em conta que os documentos publicados pelo MEC sintetizam o debate acumulado sobre a organização nos ambientes de aprendizagem e suas dimensões, bem como sobre a construção dos direitos da criança, sua família e seus educadores nas creches e pré-escolas (MELLO, 2010), seria essencial que os sujeitos possuísem um conhecimento mais aprofundado deles.

O depoimento de P3 sugere que, muitas vezes, os temas tratados nos documentos são discutidos pelos sujeitos, de modo que possuem saberes sobre eles, sem necessariamente saber que são abordados em documentos oficiais: "Se vi este documento anteriormente não me recordo, mas alguns trechos estão presentes nos cursos e reuniões de PEA como a nova concepção de criança e infância, a importância desta concepção na prática educacional".

Alguns dos trechos escritos pelos sujeitos revelam saberes que possuem sobre o conteúdo presente nos documentos relativos a Educação Infantil:

É preciso pensar no desenvolvimento integral da criança, planejando atividades que favoreçam as diferentes formas de interação e que garantam aprendizagens significativas. [...] A proposta pedagógica das creches além de contemplar a indissociabilidade entre cuidar e educar, deve favorecer a reflexão sobre o desenvolvimento infantil e propiciar um ambiente rico, que estimule a criança e faça com que ela possa se sentir acolhida e segura (P1).

Sobre as **fontes de aquisição dos saberes relativos a leis e documentos sobre Educação Infantil que possuem os profissionais de creches e pré-escolas sujeitos da pesquisa** são apontadas ações de formação continuada no próprio ambiente de trabalho, cursos de formação inicial (Pedagogia), cursos de Especialização e de preparação para concurso público, além de eventos sobre Educação Infantil. Sobre as ações no ambiente de trabalho, são indicadas reuniões e também orientações das Secretarias Municipais de Educação.

Entre os sujeitos que afirmam que conheceram os documentos relativos à Educação Infantil no ambiente de trabalho estão P1 que afirma que: "Tomei contato com a Resolução CNE/CEB nº 5/2009 em uma creche em que trabalhei em 2010, em uma

reunião pedagógica". P4 destaca: "Este documento Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças já foi motivo de discussão em uma de nossas reuniões pedagógicas. Nossa coordenadora nos apresentou esse documento e nos colocou a importância de estarmos atendendo e trabalhando os mesmos". Já P2 aponta o curso de formação inicial como local onde teve acesso a alguns dos documentos: "Tive acesso a esse documento [Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil] na faculdade e trabalhamos sobre ele durante quase um semestre".

Vale ressaltar que muitos dos sujeitos destacam os grupos de estudo e cursos de preparação para concursos públicos como fonte de aquisição de saberes especialmente sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Segundo P4, "A Resolução CNE/CEB nº 5/2009 faz parte de meus conhecimentos. Ao me preparar para o concurso de PEB I em meu município no ano de 2010 tive meu primeiro contato com essa resolução, pois fazia parte das referências bibliográficas do edital. Já trabalhava na educação infantil, como educadora, porém ainda não o conhecia tão profundamente e de forma tão clara". P1 também afirma que "A presente Resolução também constava entre os documentos a serem estudados no concurso que prestei para PEB I de 2011".

Finalmente, no que se refere **ao ponto de vista dos sujeitos da pesquisa sobre de quais formas tais saberes interferem na construção de suas identidades profissionais e de suas práticas de trabalho nas creches e pré-escolas**, P2, por exemplo, afirma que: "O cuidar e o educar como práticas indissociáveis é uma faceta bastante nova na educação infantil e às vezes difícil de assimilar porque na maioria das vezes se confundem. Contudo eu vejo que temos caminhado um pouco em relação a isso entendendo que o educar é o viés que liga toda Educação Infantil e permeando sempre o cuidar". P5 também trata desse aspecto, ao lembrar sua entrada como professora na Educação Infantil, espaço de educação e cuidado:

Um dos trechos que destaco [em um dos vídeos assistidos durante o curso] é sobre a fala da Maria Malta que trata da imagem do professor: da pessoa que lida com o ensino e não com os cuidados, principalmente os cuidados do corpo, higiene. E quando essa professora se depara com essa situação entra em pânico e rejeita. Essa fala me remete ao início do meu trabalho em creche.

Apesar de, eu ter ido consciente, foi difícil me adaptar a essa realidade e continuar me sentindo uma professora.

De modo geral, os sujeitos afirmam a importância de que suas práticas sejam norteadas pelas leis e documentos relativos à Educação Infantil e, em diversos momentos, apresentam exemplos que sugerem que isso vem acontecendo, como vemos nos trechos a seguir, ou que há uma tentativa de que isso aconteça, tentativa esta algumas vezes dificultada por situações diversas do cotidiano:

Uma breve leitura já me permite reconhecer vários pontos presentes no CEI em que atuo como a preocupação em adequar e explorar os espaços e as atividades para promover o desenvolvimento integral das crianças, a participação da comunidade nas decisões importantes para o CEI (P3).

Creio ser possível sim, às creches e pré-escolas contemplarem aos direitos das crianças. Não basta apenas força de vontade da equipe gestora e professores para assegurar que esses direitos sejam cumpridos. Sabemos que existem muitas ações que competem à esfera administrativa (o que já foi citado por mim e outros colegas em postagens anteriores) e, quando esta falha não fornecendo estrutura adequada, entra em cena a criatividade dos profissionais envolvidos nessa empreitada que é educar e cuidar. [...] (P1).

Nota-se, nos trechos anteriores, a preocupação em atender aos direitos fundamentais das crianças definidos tanto nas DCNEIs quanto no documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009), apesar das limitações impostas pelo cotidiano. Essa preocupação sugere que os sujeitos se fundamentam em uma concepção de criança como sujeito de direitos (CRAIDY, 2001).

Os sujeitos também afirmam que “[...] se todos os parâmetros forem alcançados, pelo menos 90% de melhorias na educação infantil teremos atingido” (P5) e que é

necessário que todos os professores conheçam tais parâmetros (Parâmetros nacionais de Qualidade para a Educação Infantil) para valorizar essa etapa da Educação Básica (P4), mas apontam as dificuldades de atendimento às determinações legais e orientações oficiais:

Penso que esse documento é rico em seus propósitos, porém em algumas realidades não se atende aos Parâmetros [nacionais de qualidade para a Educação Infantil] de forma

totalmente eficaz, e uma das maiores falhas está no número de crianças por adulto, muitas vezes o número de crianças é bem maior do que o recomendado, faltam profissionais especializados, principalmente nas EMEIs, onde um número grande de funcionários ainda não tem formação especializada (P4).

Percebo que existe a tentativa em tornar real cada linha deste documento mas, para minha tristeza, no CEI em que atuo a demanda social desalojou espaços importantíssimos como uma grande área verde e a biblioteca. Trabalho cotidianamente para adequar os espaços que temos para contemplar cada atividade e desejo que novas escolas sejam abertas para atender à demanda e fazer valer o que documentalmente que nós é direito (P3).

Pelos dados obtidos, é possível notar que os sujeitos visualizam um processo de transição na construção de identidade dos profissionais de Educação Infantil, como sugerem os trechos a seguir:

Ao assistir o programa ‘O cuidar, o educar e o brincar na Educação Infantil’ produzido pela UNIVESP TV, são diversas as coisas que este traz, no entanto pude destacar que na Educação Infantil o cuidar, o educar e o brincar devem sempre andar juntos. No princípio a preocupação era a alfabetização e não com a formação integral e com as crianças menores era mais o cuidar (higiene) e para não machucar. Unir cuidados e conteúdos deve ser o foco. Atender às necessidades e singularidades de cada criança é fundamental, não podemos padronizar temos que respeitar as diferentes necessidades. A educação deve ser recheada de carinho e atenção; o diagnóstico tem que ser constante para acompanhar a evolução de cada criança. Exemplo da hora do banho e hora do lanche, fila. Não só apenas como higiene, mas com a hora de aprendizagem, prazeroso e interativo. Redescobrimo o papel do educador na Educação Infantil, cuidar e educar caminham juntos e devem ser contextualizados. A criança precisa tocar, amassar, vivenciar suas aprendizagens. A criança precisa aprender brincando e utilizar sua fantasia (o faz-de-conta) para viver sua infância de modo sadio (G3).

O vídeo é muito interessante pela abordagem sobre a indissociabilidade entre cuidar, educar e brincar, algo que é novo na Educação Infantil, lembrando que ora se educava, ora se cuidava das crianças (P1).

Os documentos e leis parecem conduzi-los para um entendimento de sua profissão como essencial para o desenvolvimento das

crianças – embora Micarello (2006) observe que até mesmo no documentos oficiais existe pouca clareza com relação ao perfil profissional dos professores de Educação Infantil – mas, de acordo com eles, em algumas creches e pré-escolas, ainda é presente, em sua opinião, uma visão assistencialista da Educação Infantil. P3 destaca, no trecho a seguir, a indefinição quanto ao papel do profissional de Educação Infantil: “A escolarização das crianças no CEI que atuo ainda é muito forte – resquícios da concepção assistencialista de educação que confronta-se cotidianamente com as concepções contemporâneas de educação [...]”.

A indefinição do papel do professor de Educação Infantil também é observada por Campos e Cruz (2006) que afirmam:

Seria lógico esperar que as respostas mostrassem uma valorização do papel do professor (ou melhor dizendo, da professora) e da importância de sua formação para que a educação infantil pudesse cobrir tantos e tão importantes objetivos. No entanto, esse aspecto não foi suficientemente valorizado por muitos dos segmentos entrevistados, inclusive pelas próprias crianças. Parece que a identidade da professora de educação infantil ainda não se consolidou como profissional, o que supõe uma competência específica como mediadora de aprendizagens e do desenvolvimento infantil. Na ambigüidade de alguém que atua em um “segundo lar” (que deve “cuidar bem” da criança) e ao mesmo tempo como educadora (que precisa prepará-la para o futuro escolar e para uma melhor situação de trabalho no futuro), perde-se sua principal função de incentivadora, facilitadora e propiciadora da aprendizagem e do desenvolvimento da criança dessa faixa etária no presente, desenvolvimento que supõe a integração entre os aspectos de cuidado e educação nas práticas cotidianas. Nesse ponto, a marca de uma transição ainda incompleta da instituição de educação infantil na direção de sua integração à educação básica encontra-se bem visível em muitas das respostas registradas nesta Consulta (p. 111).

Campos e Cruz (2006) chegam às conclusões descritas no trecho anterior consultando professoras(es), funcionárias(os), diretoras(es) e/ou coordenadoras(es), mães e pais de alunos, mães e pais de crianças entre 0 e 6 anos de idade da comunidade que não estavam matriculadas nas instituições pesquisadas, líderes comunitários e grupos de crianças de 53 instituições do Rio Grande do Sul, Minas

Gerais, Pernambuco e Ceará, sendo creches e pré-escolas públicas municipais e estaduais, privadas, comunitárias, filantrópicas, confessionais e particulares. De modo que a indefinição da identidade do profissional de Educação Infantil se observa também em resultados de outras pesquisas.

Conclusões

Os dados obtidos evidenciam que os sujeitos possuem saberes sobre leis e documentos relativos a Educação Infantil publicados nas últimas três décadas no Brasil. Entretanto, há lacunas nestes saberes que precisam ser suprimidas de modo que suas práticas atendam à legislação e às orientações vigentes. Em seus depoimentos, alguns dos profissionais afirmam não conhecer ou conhecer superficialmente algumas das leis e documentos apresentados. Destacam a pouca divulgação deste material nas creches e pré-escolas e a falta de tempo dos profissionais para estudá-los e discuti-los no ambiente de trabalho. Em relação às leis e documentos que dizem conhecer, apontam como fontes de aquisição de saberes sobre eles o ambiente de trabalho, cursos de Pedagogia e de Especialização, além de eventos relativos a Educação Infantil e cursos de preparação para concursos públicos.

Os saberes que possuem sobre as leis e documentos permitem que apontem sua adequação para o estabelecimento de uma Educação Infantil de qualidade. Entendem que a concepção de Educação Infantil que fundamenta tais leis e documentos permite uma valorização da identidade do profissional desta etapa da Educação Básica, que passa a ser entendido como responsável pelo desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos.

Lacunas evidenciadas nos saberes dos profissionais de Educação Infantil sugerem a necessidade da definição de políticas de formação continuada destes profissionais que possam garantir a eles condições para estudos e reflexões sobre as leis e documentos existentes para nortear suas práticas.

AMBROSETTI, N. B.; ALMEIDA, P. C. A. A constituição da profissionalidade docente: tomar-se professora de educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em

<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3027--Int.pdf>

AZEVEDO, H. H.; SCHNETZLER, R. P. Necessidades formativas de profissionais de Educação Infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPEd), n. 24, Caxambu, 2001. Disponível em

<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt7> Acesso em 20 dez. 2009.

_____. O binômio cuidar-educar na Educação Infantil e a formação inicial de seus profissionais. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), n. 28, Caxambu, 2005. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/gt07.htm> Acesso em 20 jul. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 01, de 13 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 abr. 1999. Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB n. 05, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura para Instituições de Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação*. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Política de Educação Infantil no Brasil: relatório de avaliação*. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CAMPOS, M. M.; CRUZ, S. H. V. *Consulta sobre Qualidade na Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito*. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. *Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças*. 6 ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

CRAIDY, C. M. Educação Infantil e as novas definições da legislação. In: CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. (Org.). *Educação Infantil*. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 23-26.

CÔCO, V. Professores na Educação Infantil: inserção na carreira, espaço de atuação e formação. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), n. 32, Caxambu, 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT08-5363--Int.pdf>

_____. Formação continuada na educação infantil. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), n. 33, Caxambu, 2010. Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6078--Int.docx.pdf>>. Acesso em set. 2012.

KRAMER, S. (Org.). *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo: Ática, 2005.

MELLO, A. M. Apresentação. In: MELLO, A. M. e cols. *O dia a dia das creches e pré-escolas*. Crônicas brasileiras. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 25-30.

MICARELLO, H. A. L. S. *Professores da pré-escola: trabalho, saberes e processos de construção*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, M. N. C. Criança, infância e política na compreensão dos profissionais que atuam na educação infantil em Curitiba. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), n. 31, Caxambu, 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho07.htm>

SILVA, I. O. Trabalho docente na educação infantil: dilemas e tensões. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), n. 30, Caxambu, 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-3509--Int.pdf>

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.